



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

PROCESSO Nº. 7.826/2013

PARECER Nº. 809/2015–DA

EMENTA: Tomada de Contas Especial. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal – SEDEST/DF. Apuração de possíveis prejuízos no pagamento irregular de benefícios sociais destinados a famílias de baixa renda. Análise inicial. Irregularidades constatadas. Prejuízo quantificado abaixo do valor de alçada. Pela remessa dos autos ao Órgão de Controle Interno para tratamento sumário e econômico da presente TCE e posterior arquivamento.

A presente Tomada de Contas Especial foi instaurada para apurar responsabilidade pelo prejuízo causado ao erário decorrente de recebimentos irregulares de benefícios sociais destinados a famílias de baixa renda, por parte de agentes públicos e terceiros sem vínculo com a administração pública, objeto do Processo n.º 480.000.771/2012.

2. O Órgão de Controle Interno, por meio do Ofício n.º 449/2015-GAB/CGDF (fls. 27/28), faz referência aos 83 (oitenta e três) processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas para verificar irregularidades no recebimento indevido de benefícios de programas sociais destinados às famílias de baixa renda (Renda Minha, Renda Solidariedade e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI) por parte de servidores públicos ou empregados públicos e terceiros, cujas rendas não foram declaradas e devidamente registradas no Cadastro Único, pagos pela então Secretaria de Estado de Solidariedade do Distrito Federal – SESOL/DF, atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal – SEDEST/DF.

3. As apurações tiveram origem no Processo n.º 240.000.712/2006, autuado para apurar irregularidades no pagamento de benefícios provenientes de programas sociais e objeto de exame pela Corte de Contas no Processo n.º 13.579/08.

4. Tendo em vista o número de envolvidos, a Comissão de Tomada de Contas Especial decidiu desmembrar a apuração, ficando o Processo n.º 240.000.712/2006 para exame do recebimento irregular de benefícios por 675 (seiscentos e setenta e cinco) beneficiários particulares, desvinculados da Administração Pública, e os 83 (oitenta e três) processos indicados no Ofício n.º 449/2015-GAB/CGDF para examinar os agentes públicos ou pensionistas indevidamente favorecidos, contendo, cada feito, até 5 (cinco) servidores, empregados ou pensionistas.

5. Posteriormente, o Órgão de Controle Interno, via Ofício n.º 974/2015 – GAB/CGDF e anexo (fls. 29/30), informou acerca da dificuldade na obtenção de informações precisas acerca dos beneficiários, valores devidos e período de recebimento indevido, razão pela qual propôs que os 83 (oitenta e três) processos fossem conduzidos sob o rito simplificado estabelecido na Portaria n.º 38/2014-STC, respeitando o devido processo legal e os princípios da ampla defesa e do contraditório, sem embargo de ressaltar que esse procedimento tem se mostrado eficaz e célere para apuração de danos, imputação de responsabilidades e ajuizamento das ações judiciais pertinentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

6. A Unidade Técnica, com base nas informações constantes dos autos (fl. 30), elaborou quadro resumo, transcrito a seguir, registrando os beneficiários, os valores individualmente devidos, atualizados até 2014, e os respectivos períodos de recebimento indevido, a saber:

Responsável	Valor atualizado em 2014	Período de referência
Solange Pereira da Silva	R\$ 5.289,79	2005 a 2008
Rute Gonçalves da Silva	R\$ 9.669,14	2003 a 2008
Ivonete Viana Gregório	R\$ 13.606,81	2002 a 2008

7. Assim, tendo em vista os valores apurados por responsável encontrarem-se abaixo do valor de alçada fixado pela Portaria n.º 307, de 9 de junho de 2015 (**R\$ 75.000,00**)¹, para encaminhamento de procedimentos de TCE à apreciação da Corte de Contas, e considerando os esclarecimentos apresentados pelo Órgão de Controle Interno quanto à efetividade do rito sumário, sugeriu o arquivamento dos autos, acrescentando, contudo, que deve a CGDF incluir o deslinde das apurações objeto do Processo n.º 480.000.530/2012 no demonstrativo previsto no artigo 14 da Resolução n.º 102/98², conforme consolidado nas sugestões consignadas às fls. 33/34.

8. Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação, passo a examinar o mérito do presente feito, ressaltando, de antemão, que o objetivo dos procedimentos de Tomada de Contas Especial é apurar responsabilidades pela ocorrência de danos causados aos cofres públicos, quantificando o valor do prejuízo e identificando os responsáveis para, em consequência, obter o devido ressarcimento.

9. Não há dúvidas de que os elementos constitutivos dos autos comprovam, de forma inequívoca, a ocorrência das irregularidades apuradas no presente feito, caracterizada no recebimento indevido de benefícios oriundos de programas sociais destinados às famílias de baixa renda por parte dos agentes públicos indicados no quadro supratranscrito.

10. Entretanto, não obstante a responsabilidade aferida, há que se ressaltar que os valores apurados para cada agente identificado no presente feito, nos respectivos períodos em que receberam benefícios sociais indevidamente, encontram-se abaixo do valor de alçada

¹ Portaria n.º 307, de 09.06.2015 (publicada no DODF n.º 113, de 15.06.2015, página 11): R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

² Resolução n.º 102/98: “Art. 14. As disposições contidas nos arts. 8º a 11 não se aplicam às tomadas de contas especiais encerradas na forma do art. 13 e às de valores apurados inferiores à quantia fixada conforme o § 2º do art. 9º da Lei Complementar n.º 1/94, as quais serão registradas em demonstrativo contendo as seguintes informações:

(...)

§ 1º O demonstrativo a que se refere este artigo, contendo as tomadas de contas especiais encerradas, instauradas ou em andamento no trimestre, deve ser anexado às respectivas Tomadas e Prestações de Contas Anuais. (Erro formal na numeração do parágrafo: Parágrafo único).

² Ressalto que, na mesma linha, a Portaria n.º 38/2014-STC, embasada em estudos realizados pela então Secretaria de Estado de Transparência e Controle, inaugurou, sem abrir mão da devida apuração, o procedimento denominado simplificado, afastando a própria instauração de Tomada de Contas Especial para danos quantificados abaixo de R\$ 16.000,00” (grifei).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

fixado pelo Tribunal para procedimentos dessa natureza (**R\$ 75.000,00**) e, nesse sentido, entendo desnecessário prosseguir a apuração no âmbito da Corte de Contas.

11. Oportuno registrar que a base interpretativa do artigo 12 da Resolução n.º 102/98-TCDF é a Lei Complementar n.º 01/94, que, em seu artigo 9º, §2º, determina que as TCEs somente sejam remetidas ao TCDF, para julgamento, se o dano apurado for igual ou superior ao valor fixado pela e. Corte em cada ano civil.

12. O arcabouço normativo suplementar arquitetou a concretização do dispositivo legal na forma da Resolução n.º 102/98-TCDF que, em seu artigo 12, determinou que, sendo o valor do dano, estimado ou apurado, inferior ao valor de alçada, **a jurisdicionada deverá utilizar procedimentos sumários e econômicos de apuração de responsabilidade**, assegurando, em qualquer hipótese, direito de ampla defesa e de contraditório aos envolvidos, sendo indispensáveis, nessa hipótese, o registro contábil de responsabilidade e o pronunciamento do dirigente com a especificação das providências adotadas para resguardar o erário e evitar a repetição do fato ensejador.

13. Assim sendo, entendo que, no caso vertente, a presente TCE deve ser devolvida à origem e seguir o processamento previsto no artigo 14 da Resolução n.º 102/98 para fins de perseguição do ressarcimento do valor individualmente registrado no quadro de fl. 30, quantia que deverá ser devidamente corrigida até a data do efetivo pagamento, nos termos da Lei Complementar n.º 435/01.

14. Em face de todo o exposto, este representante do **Parquet** especializado acolhe as sugestões formuladas pela Unidade Técnica no sentido de sugerir ao eg. Plenário que determine à atual Controladoria Geral do Distrito Federal que dê tratamento sumário e econômico à Tomada de Contas Especial, objeto do Processo n.º 480.000.771/2012, haja vista o prejuízo apurado situar-se abaixo do valor de alçada, devendo o Órgão de Controle Interno realizar, ainda, o devido registro no demonstrativo de que trata o artigo 14 da Resolução n.º 102/98, arquivando-se, em seguida, o presente feito.

É o parecer.

Brasília, 23 de setembro de 2015.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador